

FORMAS DE ENSINO SUPERIOR ADOTADAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE DOURADOS – MS DURANTE A PANDEMIA

Rosiane Rocha Dos Santos Morais (UFGD)
Maria Aparecida Farias De Souza Nogueira (UFGD)

RESUMO

O artigo apresenta um estudo de caso, sobre as instituições públicas, no município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, referindo-se à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no qual teve como objetivo geral identificar as formas de ensino adotadas, durante a pandemia do Covid-19, que segue até o presente momento da publicação deste. A metodologia utilizada para a realização deste artigo descritiva, documental, e estudo de caso, e de descrição qualitativa dos resultados. Os resultados apresentam as seguintes ferramentas utilizadas para o ensino remoto pelas instituições analisadas: *Ava Moodle e o Google for Education Plataformas digitais do Google Meet; Classroom, Zoom; Microsoft Skype; Moodle; RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) e Microsoft Teams*. As modalidades apresentadas são: não presencial; presencial; híbrida e AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem). E por fim, as avaliações utilizadas neste período – síncronas e assíncronas. Fica demonstrado que o ensino remoto impactou o processo ensino-aprendizagem, trazendo para os docentes uma situação anormal.

Palavras-chave: formas de ensino; instituição pública; pandemia.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) a COVID-19 em 11 de março de 2020, foi definida como uma pandemia, em que se “refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo” (OPAS, 2020). Cani *et. al* (2020) destaca que a pandemia trouxe um novo significado à humanidade, bem como também uma urgência de adequação às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), principalmente na área educacional, pois surgiu a extrema necessidade de reinventar e restabelecer o ensino presencial.

O ensino superior no Brasil, de acordo com Steiner e Malnic (2006) nas últimas décadas, desenvolveu evidenciando-se que, “a educação de qualidade em todos os níveis tornou-se um pré-requisito para a inserção de qualquer país na economia global”. O ensino superior apresenta três desafios, abordados pelos autores: (1) preservar os valores acadêmicos tradicionais; (2) atender às demandas da sociedade e (3) desbravar novos meios e caminhos.

Assim, a questão norteadora para a realização deste artigo é “Quais as formas de ensino adotadas nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Município de Dourados – MS durante a pandemia do Covid-19?”.

Este trabalho tem como objetivo geral identificar as formas de ensino adotadas nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Município de Dourados durante a pandemia do Covid-19, que teve início oficialmente em março de 2020.

O presente artigo se justifica pela necessidade de abordar um tema atual e em nível mundial; a pandemia e o ensino remoto na área escolar e poder analisar as tecnologias ou metodologias, ferramentas, modalidades e avaliação utilizadas neste período atual.

Este artigo foi estruturado em uma introdução, destacando a problematização, o objetivo geral e a justificativa. No referencial teórico são abordados o ensino superior, surgimento e conceitos; o ensino presencial, possibilidades de cursos e formas de transmissão de conhecimento ou metodologias de ensino; a pandemia, surgimento e por fim, as adaptações propostas. Na metodologia apresenta-se o estudo de caso e características das instituições UFGD e UEMS, seguido dos resultados e discussões e, por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste artigo foi estruturado em quatro tópicos, abordando: o ensino superior; ensino presencial; pandemia e adaptações propostas. De acordo com Mortimer e Carvalho (1996) o referencial teórico destaca a base teórica a partir da qual é feita a análise de dados da pesquisa e sua construção demonstra o domínio que o pesquisador tem sobre o tema, evidenciando ao leitor como determinada pesquisa relaciona-se com o campo de estudo e sua temática.

2.1 ENSINO SUPERIOR

O período inicial do ensino superior, foi de 1808 a 1898 e, de acordo com Sampaio (1991), aborda que a chegada da corte portuguesa em 1808, simbolizou o começo da constituição do núcleo de ensino superior no Brasil, “cujo padrão de desenvolvimento teve, como características principais, sua orientação para formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema” (SAMPAIO, 1991, p. 02). A autora, apresenta dois modelos de ensino: (1) o pragmatismo “que havia orientado o projeto de modernização em Portugal, no final do século XVIII – cuja expressão mais significativa no campo educacional foi a reforma da Universidade de Coimbra”; e, o modelo napoleônico que foi “o divórcio entre ensino e a pesquisa científica” (SAMPAIO, 1991, p. 02). No Brasil, acompanhando este modelo

[...] buscava formar quadros profissionais para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas, e implicava em rejeitar qualquer papel educacional da Igreja Católica que fosse além do ensino das primeiras letras. Ainda que a reforma de Coimbra tendesse a favorecer a formação especializada, o que acabou prevalecendo, no Brasil como na França e em tantas outras partes, foi a formação para as profissões liberais, nas quais o cunho propriamente técnico e especializado, presente em áreas como a engenharia e a medicina, não chegou a predominar. (SAMPAIO, 1991, p. 02-03)

A autora aponta que o sistema de ensino superior, durante o período de 1808 a 1889, foi lento o seu desenvolvimento, sendo que, somente em 1850, com o governo de Dom Pedro II, se torna presente uma expansão gradual das instituições educacionais e a fortalecimento de alguns centros científicos (Sampaio, 1991) e o ensino superior precisamente, manteve-se exclusivamente limitado às profissões liberais.

O ensino superior no Brasil, de acordo com Steiner e Malnic (2006) nas últimas décadas, se desenvolveu entendendo que em todos os níveis deveria ter uma educação de

qualidade, quase como um pré-requisito para a inserção de qualquer país na economia global.

Os autores apresentam um tríptico desafio, que o ensino superior tem atualmente, como sendo:

1. *Preservar os valores acadêmicos tradicionais*, entre os quais a realização da pesquisa básica e a promoção das habilidades gerais da mente.
2. *Atender às demandas da sociedade*, como o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.
3. *Desbravar novos meios e caminhos*, como a integração da tecnologia da informação, o ensino de massa e o ensino à distância. (STEINER; MALNIC, 2006, p. 10)

Observa-se que Steiner e Malnic (2006) expõem desafios que ainda estão presentes no cotidiano referente ao ensino superior e principalmente no período atual que, devido à pandemia Covid-19, apenas fortaleceram estes desafios.

2.2 ENSINO PRESENCIAL

De acordo com Kenski (2013, p. 44), em um de seus capítulos no livro “Tecnologias e ensino presencial e a distância”, a autora apresenta como é a escola presencial, trazendo uma visão da escola sendo polifônica¹, em que “os sons se espalham pelos ambientes e dão sentido ao espaço educativo”.

Os prédios das escolas nos contam histórias. Eles fazem parte do momento educativo ali vivido. O espaço condiciona a proposta de ensino e de pesquisa a ser desenvolvida. [...] A existência ou não de locais de concentração e de circulação de alunos e professores, as cores das paredes, a distribuição dos ambientes dentro do espaço escolar projeta-se diretamente na produção e no estímulo dos que ali convive. Refletem-se na disposição para trabalhar e estudar e na própria qualidade de ensino. (KENSKI, 2013, p. 45)

Kenski (2013) retrata a sua visão e a importância da escola presencial e destaca que o espaço físico é uma das linguagens mais poderosas para dizer do que fazer da escola. Já em “Novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias”, a autora menciona que a escola tradicional restringe a interação com a informação, mediante programas e currículos, estabelecendo “limites” igualmente do acesso à informação a um número restrito de pessoas: alunos e professores. Quanto ao período de ensinar e aprender, Kenski (2008, p. 10) afirma que “a escola estabelece o seu próprio processo de interação com a informação/ conhecimento que, em geral, não se diferencia da tripla temporalidade (ouvir e ler – pensar, discutir - fazer)” e também apresenta os níveis formais de escolaridade, classificadas em três tempos

Há um momento para ensinar (professor falar e o aluno ouvir), outro para interagir com a informação e aprender (ler, memorizar, refletir, discutir, se posicionar) e um outro tempo para o fazer (muitas vezes

¹ Termo musical para designar várias melodias que se desenvolvem independentemente, mas dentro da mesma tonalidade.

confundido com expor ou simular a atividade, em exercícios, provas ou testes), ou seja, utilizar o aprendizado no tempo real da necessidade. (KENSKI, 2008, p.10)

Por fim, Kenski (2008, p. 12) reforça que “interagir com as informações e com as pessoas para aprender é fundamental”, pois faz necessário um trabalho processual, com interação, reflexão, discussão, crítica e ponderações, que ocorrem naturalmente quando compartilhados entre demais pessoas.

As trocas entre colegas, os múltiplos posicionamentos diante das informações disponíveis, os debates e análises críticas auxiliam à compreensão e elaboração cognitiva do indivíduo e do grupo. As múltiplas interações e trocas comunicativas entre parceiros do ato de aprender possibilitam que estes conhecimentos sejam permanentemente re-construídos e re-elaborados. (KENSKI, 2008, p. 12)

O próximo tópico trata da pandemia e como esta influenciou o ensino superior neste período de isolamento.

2.3 PANDEMIA

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) a COVID-19 em 11 de março de 2020, foi definida como uma pandemia, em que se “refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo” (OPAS, 2020).

A pandemia refere-se a um acontecimento diverso na história da humanidade e, consequentemente, haverá impactos relevantes; segundo Barbosa (2020, p. 02) “a era agora é inevitavelmente de rápida adaptação às novas metodologias de trabalho as quais se tornam a cada dia mais dependentes de inovações tecnológicas” (IPEA, 2020).

Cani *et. al* (2020, p. 24) destaca que a pandemia trouxe um novo significado à humanidade, pois “a urgência de todos se adequarem às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC),” principalmente na área educacional, fez com que surgisse a extrema necessidade de reinventar e restabelecer o ensino presencial. Os autores trazem também o significado da sigla COVID-19, quer dizer **CO**rona **V**irus **D**isease, isto é, doença do Coronavírus. (CANI *et. al*, 2020, p. 25).

2.4. ADAPTAÇÕES PROPOSTAS

O Ministério da Educação (MEC) usou a Portaria como meio de comunicação durante a pandemia, a qual, segundo a UFSC (2020) define que:

Portaria é um documento de ato administrativo de qualquer autoridade pública, que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço, nomeações, demissões, punições, ou qualquer outra determinação da sua competência. (UFSC, 2020, [s.p.])

Neste período pandêmico e em pleno século XXI, com as *fakes News* (informações falsas), o uso de portaria se fez presente assiduamente para melhor comunicação com a sociedade no meio educacional. Assim, o MEC emitiu a Portaria nº

343, de 17 de março de 2020 (MEC, 2020a) e dois depois foi alterada pela Portaria nº 345/2020 (MEC, 2020b) que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19”, conforme previsto:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

A Portaria nº 345/2020 também estabeleceu em § 3º que ficaria vedada a aplicação da substituição às práticas profissionais de estágios e de laboratório. Ainda continha em seu § 4º uma exceção especificamente para o curso de Medicina, onde ficava autorizada a substituição apenas às disciplinas teóricas-cognitivas do primeiro ao quarto ano do curso. O período de suspensão da portaria era para 30d, inicialmente, sendo prorrogado por mais 30d por meio da Portaria MEC nº 473, de 12 de maio de 2020 (MEC, 2020c) e, posteriormente, solicitado para que as instituições se manifestassem sobre a forma de ensino adotadas. Além disso, foi dado um prazo para manifestação de 15d para retorno às atividades e definição da forma de reposição das atividades letivas suspensas, isto por meio da Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 (MEC, 2020d).

Posteriormente, o MEC publicou a Portaria nº 1.038/2020 (MEC, 2020f) dispondo essa sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durasse a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, e ainda a Portaria nº 1.030/2020 (MEC, 2020e), que tratava do retorno às aulas presenciais do caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19.

3 - METODOLOGIA

Para atingir o objetivo da pesquisa optou-se intencionalmente por duas instituições públicas do ensino superior situadas na cidade de Dourados/MS, escolhidas por acessibilidade para coleta de informações. Foi utilizado o estudo de caso, que, de acordo com Yin (2015, p. 04), o estudo de caso “permite que os investigadores foquem um ‘caso’ e retenham uma perspectiva holística e do mundo real”. Também se define como uma pesquisa exploratória, porque precisa acrescentar um pouco mais de conteúdo a respeito do que está sendo debatido hoje na academia, como afirma Gil (2018):

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (GIL; 2018; p. 25).

É também uma pesquisa descritiva, pois será descrito processos de ensino e aprendizagem na forma como está sendo ministrada as aulas nesse momento de pandemia, como afirma Martins e Theóphilo (2016, p.140), que “uma das principais características da pesquisa qualitativa é a predominância da descrição. [...]Um pequeno detalhe pode ser um elemento essencial para o entendimento da realidade.”

Baseado em Kripka, Scheller e Bonotto (2015), “os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte”, logo buscando compreender a situação atual das academias e não será utilizado nenhum dado estatístico, pois foram analisados apenas os regulamentos.

O levantamento de dados, foi feito de forma documental, no qual “é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias”, como afirma Martins e Lakatos (2021, p. 202), podendo ser realizadas no momento em que ocorre ou depois. Foram coletados normas e regulamentos nos *sites* das duas instituições. O sujeito da pesquisa são as duas instituições estudadas, no caso: UFGD e UEMS.

3.1 descrição do objeto de estudo

Conforme consta no portal da Universidade Federal da Grande Dourados:

A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD nasceu do desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, campi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. O CEUD, antes Centro Pedagógico de Dourados – CPD começou a funcionar no município em 1971 e passou a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. (UFGD, 2021)

O campus em Dourados, na década de 70, atendia os cursos de História, Letras, Agronomia e Pedagogia; já na década de 80, foram implementados os cursos de Geografia, Ciências Contábeis e Matemática. Nos anos 90, abriu o curso de Ciências Biológicas, Análises de Sistemas e os primeiros cursos de pós-graduação, juntamente com o Mestrado em Agronomia e em História. E nos anos 2000, foram introduzidos os cursos de Medicina, Direito, Administração, os mestrados em Entomologia e Conservação da Biodiversidade e em Geografia e o primeiro doutorado da região, em Agronomia (UFGD, 2021).

Diante dessa notável expansão das atividades, tornou-se necessário promover a ampliação das instalações e, em função dessa necessidade, surgiu a ideia de se criar uma cidade universitária voltada para o ensino superior público e de boa qualidade. O projeto, na época da Cidade Universitária, ganhou amplo apoio da comunidade, lideranças políticas de Dourados e cidades vizinhas e avançou para sua implantação plena (UFGD, 2021).

Apesar da expansão do campus da UFMS em Dourados e da criação da UEMS, essas instituições públicas não conseguem atender à enorme demanda de ensino superior da região. Isso é evidenciado pelo aumento significativo do número de universidades privadas. A cidade de Dourados se apresentou como uma das mais organizadas de Mato Grosso do Sul em termos de bens e serviços de apoio à produção (UFGD, 2021).

A cidade de Dourados e seu entorno têm seu potencial econômico, representado pela infraestrutura já instalada, baseada em uma malha viária bem organizada; alta produtividade da agricultura e da indústria agroindustrial; o potencial de profissionais qualificados e do mercado regional, que deve fortalecer o agronegócio e a indústria tradicional. Assim, a expansão do ensino universitário público em Dourados poderia assumir sistematicamente o papel, no contexto regional, de um laboratório disseminador de experiências de alta produtividade na agricultura e na agricultura do país, em busca de mercados nacionais e internacionais (UFGD, 2021).

A Instituição, inicialmente com seus sete cursos de graduação, passa a se expandir consideravelmente depois com a sua inclusão no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Vê ampliado seus cursos de graduação, de pós-graduação, o número de docentes e técnicos administrativos e a oferta de vagas para estudantes de todo o Brasil. Com uma política de educação inclusiva, a UFGD começa a ofertar vagas também para ensinos diferenciados, como para comunidades indígenas e de assentamentos rurais, e para municípios polo da região através da Educação a Distância. (UFGD, 2021)

Nos últimos nove anos de existência, a instituição coleciona resultados de indicadores positivos no Ministério da Educação, sendo considerada a cada ano a melhor instituição de ensino superior de Mato Grosso Sul, sendo também a melhor na rede pública e privada. O Centro-Oeste ainda compete nas melhores classificações do país (UFGD, 2021).

A UFGD tem como missão “gerar e socializar conhecimentos, saberes e valores por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, tendo como norte a transparência, a ética e o compromisso e a responsabilidade social, promovendo o debate democrático e a igualdade de oportunidades para todos” (UFGD, 2021).

O segundo sujeito da pesquisa, é a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) que, de acordo no *site* oficial da instituição, relata o surgimento da mesma.

A UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, tornou-se ao longo dos anos um importante mecanismo de desenvolvimento e inclusão social. Rompendo paradigmas, ousou criar e incrementar instrumentos que viabilizaram a consolidação de um novo cenário para a Educação, lançou e efetivou empreendimentos no campo do ensino, pesquisa e extensão, numa coordenação de ações que inegavelmente a configuram hoje como usina geradora da ciência e do saber, um dos pólos irradiadores da sustentabilidade do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (UEMS, 2021).

A UEMS tem como “princípios norteadores o conhecimento e o desenvolvimento do homem e do meio num processo de integração e participação permanente; a abertura às inovações no âmbito de sua tríplice função: ensino, pesquisa e extensão;” e também têm “o espírito democrático e fraterno na condução de seus objetivos e a liberdade de pensamento e de expressão para o efetivo exercício da cidadania” (UEMS, 2021).

A UEMS foi elaborada na primeira Constituinte do Estado, em 1979, e instituída em 1993, tendo como objetivo principal “desenhar um novo cenário educacional no Estado, uma vez que estes tinham sérios problemas com relação ao ensino fundamental e médio”, em especial referente à qualificação do corpo docente presente. Na época foi imprescindível a criação da universidade que conseguisse chegar até o aluno, devido à distância e a dificuldade de deslocamento dos mesmos. Para conseguir essa meta, a UEMS buscou as seguintes soluções: rotatividade dos cursos; criação de unidades universitárias em substituição ao modelo de campus e estrutura centrada, ao invés de departamentos. E com esse padrão, foi possível que milhares de alunos pudessem realizar o sonho de fazer um curso superior (UEMS, 2021).

E, por fim,

Pode-se dizer que a UEMS assumiu novos desafios e está cada vez mais próxima da comunidade, exercendo um papel importante no desenvolvimento e nas perspectivas de futuro de Mato Grosso do Sul, escrevendo uma história de luta pela inclusão social na educação, coerente com seu perfil institucional (UEMS, 2021).

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atender os objetivos da pesquisa, foram levantados os dados disponíveis nos *sites* das duas instituições de ensino superior quanto aos regulamentos aprovados para o período de pandemia.

4.1 UFGD

Na Universidade Federal da Grande Dourados as modalidades foram apresentadas por meio do Regime Acadêmico Emergencial por Modalidades e Fases (RAEMF) não presencial, presencial e híbrido. Na modalidade do RAEMF não presencial de acordo com o Art. 7º da Resolução n.º 04, de 02 fevereiro de 2021 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEC), no Cap II, que trata das modalidades não presencial:

[...]caracteriza-se pelo uso de recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais para a mediação didático-pedagógica nas atividades acadêmicas por estudantes e docentes/supervisores/orientadores que estejam em lugares diversos ou lugares e tempos diversos.

Na modalidade não presencial do RAEMF, as atividades são realizadas da seguinte forma: assíncrona e síncrona, que, de acordo com Veiga *et. al.* (1998, p. 3) a comunicação entre o docente e os discentes, acontecem de forma não *online*, ou seja, não é instantâneo, contudo, apresenta vantagens para esta modalidade, conforme os autores apresentam, sendo elas: flexibilidade, tempo para reflexão, aprendizado “local”, custo mais razoável. Viegas *et. al.* (1998, p. 4) ressalta que a modalidade síncrona, é o oposto da assíncrona, ou seja, as atividades propostas são realizada instantaneamente com o auxílio da *Internet*, e as vantagens apresentadas para esta modalidade são: motivação, telepresença, bom feedback e melhor acompanhamento; porém, segundo os autores, esta modalidade demandam o uso de aparelhos com tecnologias mais avançadas e acessibilidade do acesso à *internet*, com isso faz-se que geralmente usa-se a metodologia assíncrona.

Já na modalidade do RAEMF presencial, segundo UFGD (2020, p. 4), caracteriza-se pela ocupação por estudantes e docentes/supervisores/orientadores do mesmo espaço físico para desenvolvimento das atividades acadêmico-pedagógicas”. E por fim, a modalidade híbrida que, “caracteriza-se pela utilização combinada e complementar das modalidades não presencial e presencial para o desenvolvimento das atividades acadêmico-pedagógicas.” (UFGD, 2020, p. 5).

Os dados coletados podem ser melhor visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Tecnologias / metodologias adotadas pela UFGD – 2020/2021

Tecnologias ou metodologias	UFGD
Ferramentas tecnológicas	Ava Moodle e o Google for Education Plataformas digitais do Google Meet, Classroom, Zoom.
Modalidades	Não presencial; presencial e híbrida.
Avaliação	Síncronas, assíncronas, provas, seminários, trabalhos, relatórios, avaliação de presença.

Fonte: Elaborada pelas autoras, com dados da pesquisa (2021)

Na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, 2020, p. 7), a modalidade apresentada para o momento pandêmico, é o Ambiente Virtual de

Aprendizagem (AVA), destacando que “são ambientes não físicos que auxiliam professores [...] no gerenciamento de conteúdo e materiais pedagógicos diversos, [...] o acompanhamento constante do progresso dos estudantes” (UEMS, 2020, p. 7). A modalidade utilizada na UFGD não presenciais também são usadas na UEMS, de forma síncrona e assíncrona, explicada anteriormente. As plataformas utilizadas na UEMS destacadas no regulamento são: *Google Classroom*, *Zoom*, *Microsoft Skype*, *Google Meet*, evidenciando que tais plataformas são de uso provisório, contudo a Universidade fornece recursos oficiais disponibilizados, tais como: *Moodle*, *RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa)* e *Microsoft Teams* (Quadro 2).

Quadro 2 – Tecnologias / metodologias adotadas pela UEMS

Tecnologias ou metodologias	UEMS
Ferramentas tecnológicas	<i>Google Classroom</i> , <i>Zoom</i> , <i>Microsoft Skype</i> , <i>Google Meet</i> , <i>Moodle</i> , <i>RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa)</i> e <i>Microsoft Teams</i> .
Modalidades	AVA
Avaliação	Síncrona, assíncronas, atividades, trabalhos, provas, estágios curriculares supervisionados, atividades práticas

Fonte: Elaborada pelas autoras, com dados da pesquisa (2021)

A transição do ensino remoto de emergência se fez de forma urgente e necessária, bem como a qualificação dos docentes para uma educação digital em rede. Segundo Moreira, Henriques e Barros (2020, p.1), mais do que a transferência de práticas presenciais urge agora “[...] criar modelos de aprendizagem virtuais que incorporem processos de desconstrução e que promovam ambientes de aprendizagem colaborativos e construtivistas nas plataformas escolhidas”.

Nota-se que a pandemia reconfigurou a forma de vida no mundo exigindo das Instituições de Ensino atitudes que fizessem com que alunos e professores continuassem com suas atividades de construir conhecimento. Assim, percebe-se pelas portarias e regulamentos analisados que um dos maiores desafios foi a escolha de meios que oportunizasse essa continuidade. Uma das formas encontradas foi o ensino em meio digital dentro de uma perspectiva síncrona para buscar manter um dos aspectos mais importantes do processo ensino-aprendizagem: a interação.

Conforme apresentado nos quadros 1 e 2, “Tecnologias/metodologias adotadas”, tanto pela UFGD e UEMS, nota-se que ambas utilizaram ferramentas tecnológicas, modalidades e avaliações, como apresentado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Resumo das Tecnologias / metodologias adotadas pela UFGD e UEMS

Tecnologias ou metodologias	UFGD	UEMS
Ferramentas tecnológicas	<i>Ava Moodle e o Google for Education</i> Plataformas digitais do <i>Google meet</i> , <i>Classroom</i> , <i>Zoom</i> .	<i>Google Classroom</i> , <i>Zoom</i> , <i>Microsoft Skype</i> , <i>Google Meet</i> , <i>Moodle</i> , <i>RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa)</i> e <i>Microsoft Teams</i> .
Modalidades	Não presencial; presencial e híbrida	AVA
Avaliação	Síncronas, assíncronas, provas, seminários, trabalhos, relatórios, avaliação de presença.	Síncrona, assíncronas, atividades, trabalhos, provas, estágios curriculares supervisionados, atividades práticas

Fonte: Elaborada pelas autoras, com dados da pesquisa (2021)

Observa-se que cada instituição adotou suas ferramentas, contudo, algumas delas são as mesmas. Já a modalidade foi escolhida de maneira distinta e, por fim, o método de avaliar, é muito parecido, mas cada instituição respeitando sua realidade.

Nota-se que a virtualização dos sistemas educativos a que foram obrigados a se adequar, docentes e discentes pressupõe a alteração dos seus modelos e práticas e “obriga” o professor a assumir novos papéis, comunicando de formas diferentes com as quais não estava habituado pois, mais do que transmitir conhecimentos, deve agora “[...]guiar o processo de aprendizagem do estudante de forma a desenvolver as suas capacidades, nomeadamente de aprender a aprender, da sua autoaprendizagem e da sua autonomia” (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, (2020, p.2).

Assim, nesse momento de pandemia da Covid 19, de acordo com Salmon (2000) *apud* Moreira, Henriques e Barros (2020, p. 4) recaem para o professor “[...] as atividades de ensino, pois, as funções de motivador, de criador de recursos digitais, de avaliador de aprendizagens e de dinamizador de grupos e interações online. E para ser esse dinamizador é necessário compreender as especificidades dos canais e da comunicação online, síncrona e assíncrona.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar as formas de ensino adotadas nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Município de Dourados durante a pandemia do Covid-19; diante isto, obteve-se como resultado que as instituições tiveram que se adaptar, tanto a UFGD quanto a UEMS, que ora eram de ensino presencial e sofreram reajuste para o ensino remoto, para que as mesmas não tivessem as suas atividades paralisadas.

A UFGD utilizou as seguintes ferramentas para continuar o ensino: *Ava Moodle e o Google for Education*, Plataformas digitais do *Google Meet, Classroom, Zoom*. Já a UEMS, utilizou determinadas ferramentas, tais como: *Google Classroom, Zoom, Microsoft Skype, Google Meet, Moodle*, RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) e *Microsoft Teams*. As modalidades usadas pela UFGD, foram: não presencial; presencial e híbrida; já na UEMS, a modalidade foi o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem). E nas avaliações, ambas instituições utilizaram de forma síncronas e assíncronas, agregando apresentações de seminários e avaliações, porém, na UFGD, houve avaliação de presença e na UEMS houve estágios curriculares supervisionados e atividades práticas.

De acordo com Guimarães e Maués (2021, p. 157), o ensino remoto impactou o processo ensino-aprendizagem, trazendo para os docentes, discentes e técnicos em educação uma situação anormal, que necessita ser analisada e cujo desfecho estará presente nos próximos anos. Para Costa (2020) “a aprendizagem é uma ação que se dá na interação com o mundo, necessariamente mediada pelo outro, pela linguagem e pelo contexto social”, ou seja, a autora afirma que qualquer alternativa que tente alterar esse processo de aprendizagem, estará fadada ao fracasso.

Embora essa pesquisa tenha sido realizada apenas com base documental, a mesma atendeu aos objetivos da pesquisa; porém, recomenda-se uma pesquisa com acadêmicos para perceber a efetividade das aulas, referentes ao ensino presencial ou ao ensino remoto. E também se sugere que esta pesquisa se estenda para demais universidades de ensino público ou particular, podendo abranger em nível nacional, pois diversas universidades sofreram com este impacto e principalmente com esse método remoto, que precisou ser

utilizado em algumas instituições onde grande parte delas não tinha preparo, tanto de equipamentos quanto de profissionais para tal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Joseane Alves. A aplicabilidade da tecnologia na pandemia do Novo coronavírus (Covid-19). **Revista da FAESF**, v. 4, 2020.

COSTA, Natacha. **O papel da educação integral em tempos de crise**. Centro de Referências em Educação Integral, 2020. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-papel-da-educacao-integral-em-tempos-de-crise-por-natacha-costa/>. Acesso em: 22 set. 2021.

CANI, Josiane B.; SANDRINI, Elizabete. G. C.; SOARES, Gilvan M.; SCALZER, Kamila. Educação e Covid-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem “prioritariamente” pelas TDIC. **Revista Ifes Ciência**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 23-39, 2020. DOI: 10.36524/ric.v6i1.713. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/713>. Acesso em: 15 set. 2021.

DICIONÁRIO. **Polifonia**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/polifonia/> Acesso em: 22 set. 2021.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [2.Reimpr.]. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. ISBN 978-85-97-01292-7. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012934/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4\]!/4/22/1:0\[%2CRes\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012934/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4]!/4/22/1:0[%2CRes]) Acesso em: 25 set. 2021

GUIMARÃES, André R.; MAUÉS, Olgaíses C. ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 155-174, 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa analisa desafios para o avanço da medicina de precisão no país**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/> Acesso em: 06/05/2020.

KENSKI, Vani M. Novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias. **Cadernos de pedagogia universitária**, v. 7, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Papirus Editora, 2013.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Atualização da edição João Bosco Medeiros. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 978-85-97-02657-3 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2021. Disponível em:

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4\]!/4/34/3:18\[%C3%Acesso%20em%3A25%20set%202021\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4]!/4/34/3:18[%C3%Acesso%20em%3A25%20set%202021])

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. Atualização da edição João Bosco Medeiros. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 978-85-97-02654-2. Disponível em:

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4\]!/4/34/3:18\[%C3%Acesso%20em%3A26%20set%202021\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4]!/4/34/3:18[%C3%Acesso%20em%3A26%20set%202021])

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 978-85-970-0907-1. Disponível em:

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009088/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/60\[vst-html-Acesso%20em%3A26%20set%202021\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009088/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/60[vst-html-Acesso%20em%3A26%20set%202021])

MEC. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. 2020a. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=88631>

MEC. **Portaria nº 345, de 19 de março de 2020**. 2020b. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=88631> Acesso em: 16 set. 2021.

MEC. **Portaria 473, de 12 de maio de 2020**. 2020c. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3127/portaria-mec-n-473> Acesso em: 16 set. 2021.

MEC. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. 2020d. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 16 set. 2021.

MEC. **Portaria nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020**. 2020e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.030-de-1-de-dezembro-de-2020-291532789>. Acesso em: 16 set. 2021.

MEC. **Portaria nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020**. 2020f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-1.038-de-7-de-dezembro-de-2020-292694534> Acesso em: 16 set. 2021.

MOREIRA, José António Marques; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020.

MORTIMER, Eduardo Fleury; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Referenciais teóricos para análise do processo de ensino de ciências. **Cadernos de Pesquisa**, n. 96, p. 5-14, 1996.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19. 2020**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 14 set 2021

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. **São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho**, v. 8, p. 91, 1991.

STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. **Ensino superior: conceito & dinâmica**. Edusp, 2006.

UEMS, 2021. **Perfil**. Disponível em: <http://www.uems.br/perfil>. Acesso em: 25 set 2021

UEMS. **Recomendação institucional referente ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) a ser adotado no período de Ensino Remoto Emergencial (ERE), com a utilização de Tecnologias de Comunicação e Informação na Educação (TICE)**. 2020.

UFGD, 2021. **Histórico da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/reitoria/ufgd/historico>. Data de acesso: 25 set. 2021

UFGD. **Resolução nº 04, de 02 fevereiro de 2021 do CEPEC – Conselho Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura**. 2020. Aprova o regulamento do Regime Acadêmico Especial (RAEMF) dos cursos presenciais de graduação da UFGD, anexo a esta Resolução, a ser aplicado enquanto perdurar a pandemia de COVID-19 e conforme previsto na Portaria MEC nº 1.030/2020, alterada pela Portaria MEC nº 1.038/2020.

UFSC. **Conceitos**. 2020. Disponível em: <https://legislacao.ufsc.br/conceitos/>. Acesso em: 15 set 2021

VEIGA, R. T. *et al.* O ensino a distância pela Internet: conceito e proposta de avaliação. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 22., Foz do Iguaçu, 1998. Anais. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=estudo+de+caso+defini%C3%A7%C3%A3o&ots=-17hilD1rv&sig=D7UXoprP80lc_MPROm8wfl4YeMU#v=onepage&q=estudo%20de%20caso%20defini%C3%A7%C3%A3o&f=true. Acesso em: 18 set 2021